



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
ANÁLISE.....	4
1. ORÇAMENTO FISCAL.....	4
1.1 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS	5
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7
2.1 APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	7
2.2 ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9
2.3 DA RECEITA	10
2.3.1 Comportamento da Receita Orçamentária	10
2.3.2 Receita por Fontes	11
2.3.3 Receita Tributária	12
2.3.4 Receita de Contribuições.....	13
2.3.5 Receita de Transferências.....	14
2.3.6 Receita de Dívida Ativa	15
2.3.7 Receita de Operações de Crédito.....	17
2.3.8 Receita de Alienação de Bens.....	17
2.3.9 Controle das Disponibilidades por Fontes de Recursos	18
2.4 DA DESPESA	19
2.4.1 Evolução das Despesas por Categoria Econômica	19
2.4.2 Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada	20
2.4.2.1 <i>Comparativo da Evolução das Despesas por Função de Governo.</i>	21
3. ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA	23
3.1 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	23
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL	25
4.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL	25
4.2 VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO CONSOLIDADO	26
4.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....	27
4.4 DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	29
4.4.1 Dívida Consolidada.....	29
4.4.2 Dívida Flutuante.....	30
5. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS.	31
5.1 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	32
5.1.1 Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	33
5.1.2 Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério	34



5.1.3	Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção da educação básica.....	34
5.1.4	Prestação de Contas ao CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	36
5.1.5	Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Educação	36
5.2	APLICAÇÃO RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 37	
5.2.1	Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde.....	37
5.2.2	Verificação do Cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	37
5.2.3	Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Saúde.....	38
	Total Vinculado à Saúde em 31/12/2012.....	38
5.3	DESPESAS COM PESSOAL.....	39
5.3.1	Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº. 101/2000).....	39
5.3.2	Limite máximo de 60% da RCL para gastos com pessoal do Município.....	39
5.3.3	Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos) – Artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000	40
5.3.4	Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000	40
5.4	VERIFICAÇÃO DOS LIMITES LEGAIS DO PODER LEGISLATIVO.....	41
5.4.1	Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF).....	41
5.4.2	Limite Máximo de 5% da Receita do Município para a Remuneração Total dos Vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)	41
5.4.3	Limite Máximo de 70% da Receita da Câmara para total da despesa relativa à folha de pagamento, inclusive vereadores (artigo 29-A, § 1º da CF)..	42
6.	GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO	43
6.1	METAS REALIZADAS EM RELAÇÃO ÀS PREVISTAS	43
6.1.1	Meta Fiscal de Resultado Nominal prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º.....	43
6.1.2	Meta Fiscal de Resultado Primário prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º.....	43
6.1.3	Metas Bimestrais de Arrecadação – Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 8º c/c 9º e 13º.....	44
6.2	PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.....	45
6.3	PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	45
	ANEXOS	47



APRESENTAÇÃO

O Município de TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, está sujeito ao regime de Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional, Patrimonial e Fiscal pelo Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado.

Em atendimento a esses preceitos legais, encaminha-se o Relatório Circunstanciado sobre à execução orçamentária, financeira e patrimonial do município de Tunápolis – SC, referente ao exercício financeiro de 2013.

ANÁLISE

O presente relatório apresenta as informações completas sobre a gestão dos recursos públicos, iniciando pela análise da execução do orçamento fiscal.

1. ORÇAMENTO FISCAL

O orçamento fiscal do município de TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, aprovado pela **Lei Municipal nº. 1.097**, de 12 / 12 / 2012, estima a RECEITA em **R\$ 13.285.602,77** e fixa a DESPESA em igual valor. A dotação reserva de contingência foi orçada em R\$ 25.000,00 correspondendo a 0,20% da Receita Corrente Líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, bem como, as datas da realização das respectivas audiências públicas.

Instrumento Legal	Lei Municipal	Data Audiência
Plano Plurianual	Lei nº 1.093 de 05/12/2012	16/06/2011
Lei de Diretrizes Orçamentárias	Lei nº 1.095 de 05/12/2012	14/11/2012
Lei Orçamentária Anual	Lei nº 1.097 de 12/12/2012	20/11/2012



1.1 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

Os créditos autorizados podem ser assim demonstrados:

Créditos Orçamentários	Valor (R\$)
Créditos Orçamentários	13.285.602,77
Ordinários	13.260.602,77
Reserva de Contingência	25.000,00
(+) Créditos Adicionais	3.705.879,37
Suplementares	3.675.879,37
Especiais	30.000,00
(-) Anulações de Créditos	(1.261.665,33)
Orçamentários/Suplementares	1.261.665,33
(=) Créditos Autorizados (Despesa Autorizada)	15.729.816,81

Os créditos adicionais abertos no período em exame atingiram o montante de R\$ 3.705.879,37 equivalendo a 27,89% do total da receita arrecadada. Para a abertura dos créditos adicionais anteriormente demonstrados, foram utilizados os seguintes recursos:

Recursos para abertura de Créditos Adicionais	Valor (R\$)	%
Anulação de Créditos Ordinários	1.261.665,33	34,04
Excesso de Arrecadação	512.585,69	13,83
Superávit Financeiro	1.351.498,35	36,47
Convênios	580.130,00	15,66
Operações de Crédito	0,00	0,00
Total dos Créditos Adicionais	3.705.879,37	100,00

O maior valor utilizado para abertura de créditos adicionais foi proveniente do superávit financeiro existente no exercício anterior, equivalente a 36,47% do total suplementado, sendo que o valor adicionado foi na ordem de R\$ 1.351.498,35, sendo utilizado de acordo com a disponibilidade financeira existente em cada uma das fontes de recursos no encerramento do exercício.



As anulações de créditos ordinários foram da ordem de R\$ 1.261.665,33, equivalendo a 34,04% dos créditos adicionais abertos no referido exercício. Por outro lado, para abertura dos créditos adicionais através de recursos de excesso de arrecadação na importância de R\$ 512.585,69, utilizando-se de recursos provenientes da arrecadação superior ao inicialmente previsto, principalmente relacionada às transferências constitucionais.

Além disso, houve a assinatura e liberação de diversos convênios federais, totalizando R\$ 580.130,00, correspondendo a 15,66% dos créditos adicionais abertos no exercício.

A suplementação através dos créditos adicionais por unidade gestora ocorreu de acordo com o quadro que segue:

Órgão/Unidade	Anulação	Excesso Arrecadação	Superávit Financeiro	Convênios	Total
Prefeitura	812.397,27	329.091,74	836.041,62	580.130,00	2.557.660,63
Fundo Municipal Saúde	449.268,06	183.493,95	515.456,73	0,00	1.148.218,74
Total	1.261.665,33	512.585,69	1.351.498,35	580.130,00	3.705.879,37

Salienta-se que para a abertura de créditos adicionais suplementares foi obedecida à previsão legal constante no artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.



2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A apuração do resultado orçamentário pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Descrição	Previsão/Autorização	Execução	Diferenças	% Executado
Receita	13.285.602,77	14.208.912,80	923.310,03	106,95
Despesa	15.729.816,81	14.084.487,11	(1.645.329,70)	89,54
Superávit de Execução Orçamentária			124.425,69¹	

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário.

Para melhor compreensão sobre os resultados alcançados na execução orçamentária do município, apresenta-se a seguir o detalhamento da receita e despesa efetivamente ocorridas durante o exercício em exame. Verifica-se que a receita orçamentária arrecadada foi de R\$ 14.208.912,80, verificando-se uma arrecadação a maior no valor de R\$ 923.310,03 do que o valor inicialmente previsto.

Receita Prevista	13.285.602,77
(+) Arrecadada à Maior	923.310,03
= Receita Arrecadada	14.208.912,80

Por outro lado, a despesa orçamentária realizada alcançou o valor de R\$ 14.084.487,11, ficando R\$ 1.645.329,70 abaixo do valor da despesa autorizada para o exercício.

Despesa Prevista/Autorizada	15.729.816,81
(-) Realizada à Menor	(1.645.329,70)
= Despesa Realizada	14.084.487,11

¹ Informamos que a divergência no valor de R\$ 1.438,95, entre a variação do saldo patrimonial financeiro apurado no exercício R\$ 125.864,64, e o resultado da execução orçamentária acima demonstrada, refere-se ao cancelamento de restos a pagar, conforme demonstrado nas páginas 26 e 27 do presente relatório.



O confronto entre a Receita Arrecadada e a Despesa Empenhada no período em exame, demonstra um SUPERÁVIT de Execução Orçamentária no montante de R\$ 124.425,696, correspondendo a 0,88% da receita arrecadada. A apuração do déficit se confirma através da planilha que segue:

Receita Arrecadada	14.208.912,80
(-) Despesa Realizada (empenhada)	(14.084.487,11)
= Superávit Execução Orçamentária	124.425,69

Neste contexto, apresenta-se a execução orçamentária individualizada por órgão/unidade, conforme segue:

RECEITAS	
Da Prefeitura	13.258.842,48
Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis	3.046.283,04
Câmara Municipal de Vereadores	439.674,00
Total das Receitas + Transferências Financeiras	16.744.799,52
DESPESAS	
Da Prefeitura	13.095.968,98
Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis	3.084.730,85
Câmara Municipal de Vereadores	439.674,00
Total das Despesas + Transferências Financeiras	16.620.373,83
Superávit Orçamentário Consolidado	124.425,69

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário

Salienta-se que o resultado consolidado **SUPERÁVIT** de R\$ 124.425,69 é composto pelo resultado do Orçamento Consolidado do Município, devendo-se ressaltar que o resultado de execução orçamentária do órgão/unidade Prefeitura Municipal apresenta um resultado orçamentário superavitário de R\$ 162.873,50.

Dentre os órgãos/unidades municipais (Fundo Municipal/Câmara de Vereadores) apresentam-se déficit orçamentário de R\$ 38.447,81. Pode-se concluir que o órgão/unidade FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, interferiu negativamente no resultado da execução orçamentária do município.



Destaca-se que o superávit financeiro do exercício anterior não pode ser considerado receita do exercício, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício em referência através da abertura de créditos adicionais.

COMPORTAMENTO POR ÓRGÃO/UNIDADE	DÉFICIT/SUPERÁVIT
Da Prefeitura	162.873,50
Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis	(38.447,81)
Câmara Municipal de Vereadores	0,00
Superávit Orçamentário Consolidado	124.425,69

2.2 ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Tunápolis nos últimos cinco anos.

Quocientes de Resultado Orçamentário – período: 2009 a 2013					
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013
1. Receita realizada	9.227.987,78	10.557.631,54	12.725.880,49	13.476.531,18	14.208.912,80
2. Despesa executada	8.667.541,36	10.767.768,95	12.867.793,39	12.864.394,62	14.084.487,11
= Quociente (1÷2)	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário	1,06	0,98	0,99	1,05	1,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).



2.3 DA RECEITA

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente aos investimentos e às despesas de manutenção geral das unidades.

A receita arrecadada no exercício em questão atingiu o montante de **R\$ 14.208.912,80**, equivalendo a **6,95%** do total da receita orçada para o período, o que corresponde à arrecadação de **R\$ 923.310,03** acima do previsto. Abaixo se apresenta a evolução da receita estimada em relação à arrecadada no triênio 2011 a 2013, conforme segue:

Exercício	Previsão	Arrecadação	Diferença	% arrecadado em relação ao orçado
2011	10.028.390,61	12.725.880,49	2.697.489,88	126,90%
2012	11.628.758,84	13.476.531,18	1.847.772,34	115,89%
2013	13.285.602,77	14.208.912,80	923.310,03	106,95%

Observa-se que nos últimos exercícios, a arrecadação total da receita ultrapassa os valores previstos, no entanto, algumas metas de receitas pontuais não foram atingidas. Entretanto, outras fontes tiveram ingressos acima da expectativa e proporcionaram um efeito positivo no resultado final da arrecadação.

2.3.1 Comportamento da Receita Orçamentária

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação dos recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:



Receita por Origem	Previsão (R\$)	Arrecadado (R\$)	% Arrecadado
Receita Tributária	687.227,23	635.000,52	92,40
Receita de Contribuições	92.341,88	82.741,43	89,60
Receita Patrimonial	74.782,63	74.720,13	99,92
Receita Agropecuária	2.024,35	0,00	-
Receita de Serviços	618.538,12	604.707,01	97,76
Transferências Correntes	11.613.429,68	12.100.059,93	104,19
Outras Receitas Correntes	36.939,30	50.247,17	136,03
Receita Corrente	13.125.283,19	13.547.476,19	422.193,00
Operações de Crédito	1.000,00	0,00	-
Alienação de Bens	36.000,00	9.517,00	26,44
Amortização Empréstimos	39.519,58	35.390,25	89,55
Transferências de Capital	80.800,00	616.529,36	763,03
Outras Receitas de Capital	3.000,00	0,00	-
Receita de Capital	160.319,58	661.436,61	501.117,03
Total da Receita	13.285.602,77	14.208.912,80	106,95%

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

2.3.2 Receita por Fontes

As receitas por fontes e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da receita arrecadada nos últimos três exercícios, são assim demonstradas:

RECEITA POR ORIGEM	2011		2012		2013	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita Tributária	468.350,65	3,68	572.147,77	4,25	635.000,52	4,47
Receita de Contribuições	78.905,38	0,62	86.706,36	0,64	82.741,43	0,58
Receita Patrimonial	103.240,26	0,81	62.247,41	0,46	74.720,13	0,53
Receita de Serviços	324.142,06	2,55	572.445,36	4,25	604.707,01	4,26
Transferências Correntes	10.253.236,30	80,57	10.934.919,65	81,14	12.100.059,93	85,15
Outras Receitas Correntes	47.991,44	0,38	54.361,50	0,40	50.247,17	0,35
Alienação de Bens	205.894,00	1,62	2.835,00	0,02	9.517,00	0,07
Amortização Empréstimos	45.815,40	0,36	33.602,22	0,25	35.390,25	0,25



Transferências de Capital	1.197.355,00	9,40	1.157.265,91	8,59	616.529,36	4,34
Outras Receitas de Capital	950,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.725.880,49	100,00	13.476.531,18	100,00	14.208.912,80	100,00

Fonte: Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.

Nota-se que as transferências correntes são a principal fonte das receitas do município, representando o equivalente a **85,15%** do total arrecadado no exercício. Esse fator é histórico e está consolidado em todos os municípios de pequeno porte do país. Importa destacar que as receitas tributárias foram a segunda maior fonte das receitas do município, representando o equivalente a **4,47%** do total arrecadado.

Ante o exposto acima, nota-se o alto grau de dependência que os pequenos municípios têm em relação ao recebimento de recursos de outras esferas, através das transferências legais e constitucionais, bem como, através de convênios e/ou emendas parlamentares.

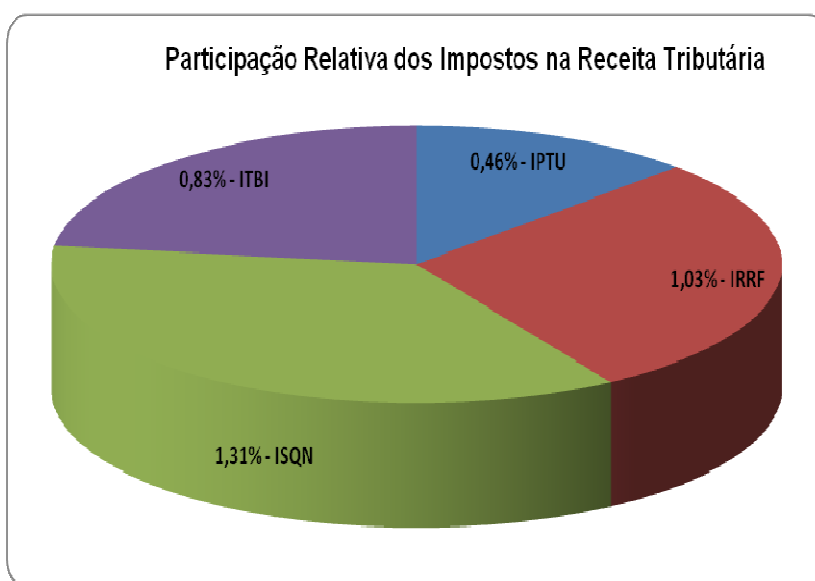
2.3.3 Receita Tributária

Receita Tributária compreende os ingressos financeiros oriundos dos tributos de competência do próprio Município. O comparativo percentual da receita tributária em relação ao total da receita dos últimos três exercícios financeiros apresenta crescimento, demonstrando o esforço tributário realizado através da gestão da receita orçamentária.

Receita Tributária	2011		2012		2013	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita de Impostos	367.196,39	2,88	468.945,50	3,48	515.816,71	3,63
IPTU	68.323,85	0,54	57.559,11	0,43	65.112,54	0,46
IRRF	77.988,27	0,60	101.011,64	0,75	146.953,38	1,03
ISQN	139.562,88	1,10	183.066,62	1,36	185.590,16	1,31
ITBI	81.321,39	0,64	127.308,13	0,94	118.160,63	0,83
Taxas	91.144,38	0,72	101.755,61	0,76	119.183,81	0,84
Contribuições Melhoria	10.009,88	0,08	1.446,66	0,01	0,00	0,00
Receita Tributária	468.350,65	3,68	572.147,77	4,25	635.000,52	4,47
Total da Receita	12.725.880,49	100,00	13.476.531,18	100,00	14.208.912,80	100,00

Fonte: Anexo 2 – Receita segundo as Categorias Econômicas.

Relativamente às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se graficamente a participação relativa das receitas de impostos, destacando o crescimento na arrecadação durante os últimos três exercícios financeiros.



Por outro lado, o comparativo percentual da receita tributária em relação ao total da receita dos últimos três exercícios financeiros apresenta variação positiva, salientando-se que no exercício em exame equivalem a **4,47%** do total das receitas arrecadadas.

2.3.4 Receita de Contribuições

As receitas de contribuições compreendem o somatório das receitas de contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.

Neste contexto, apresenta-se a seguir os valores arrecadados pelo município, fazendo-se um comparativo dos últimos três exercícios financeiros:



Receita de Contribuições	2011		2012		2013	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
<i>Contribuições Sociais</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Contrib. Econômicas</i>	78.905,38	0,62	86.706,36	0,64	82.741,43	0,58
Contribuição COSIP	78.905,38	0,62	86.706,36	0,64	82.741,43	0,58
Receita Contribuições	78.905,38	0,62	86.706,36	0,64	82.741,43	0,58
Total da Receita	12.725.880,49	100,00	13.476.531,18	100,00	14.208.912,80	100,00

Fonte: Anexo 2 – Receita segundo as Categorias Econômicas.

Observa-se que as receitas de contribuições do município nos últimos três exercícios são exclusivamente para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, equivalendo a **0,58%** do total da receita arrecada no exercício em exame.

2.3.5 Receita de Transferências

As receitas de transferências são constituídas pelos recursos financeiros recebidos de outras Pessoas de Direito Público, basicamente dos Governos Federal e Estadual, e de Pessoas de Direito Privado.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	2011	2012	2013
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.399.945,87	10.700.734,46	10.830.518,24
<i>Transferências Correntes da União</i>	5.037.726,38	5.056.123,14	5.876.509,79
Cota-Parte do FPM	4.780.195,54	4.918.706,21	5.274.820,81
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - FPM	(956.026,71)	(983.684,60)	(1.054.963,82)
Cota-Parte FPM – Extra 1% art. 159, I alínea d	212.128,83	218.246,06	234.097,74
Cota-Parte ITR	1.857,47	2.051,60	23.088,31
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - ITR	(371,42)	(410,27)	(4.617,62)
Cota-Parte do Fundo Especial Petróleo – FEP	62.855,63	75.583,68	78.299,70
Transf.Financ. ICMS - Desoneração L.C.87/96	26.048,88	24.929,42	25.263,73
(-) Dedução p/ formação FUNDEB – L.C.87/96	(5.227,04)	(4.985,86)	(5.052,73)



Transf.Comp.Financ.Exploração Rec.Naturais	27.120,24	21.047,13	0,00
Transferências do SUS (União)	478.134,80	710.747,36	839.595,97
Transferência de Recursos do FNAS	75.092,75	88.476,09	108.335,36
Transferência de Recursos do FNDE	335.917,41	219.605,51	244.171,64
Demais Transferências da União (AFM)+(CIDE)	0,00	0,00	113.470,70
Transferências Correntes do Estado	4.362.219,49	4.476.716,07	4.954.008,45
Cota-Parte do ICMS	4.768.755,62	4.886.355,09	5.421.000,48
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - ICMS	(953.567,99)	(977.270,03)	(1.084.198,96)
Cota-Parte do IPVA	213.716,23	261.895,49	287.802,39
(-) Dedução p/formação do FUNDEB - IPVA	(42.742,41)	(52.406,70)	(57.572,21)
Cota-Parte do IPI	92.907,56	78.071,21	82.653,88
(-) Dedução p/ formação do FUNDEB - IPI	(18.581,53)	(15.614,28)	(16.530,83)
Transferência do Estado para Saúde	107.339,55	120.117,18	129.797,70
Cota-Parte da CIDE	24.843,96	13.025,11	657,99
Transferências de Convênios	169.548,50	162.543,00	190.398,01
Transferências Multigovernamentais	840.671,23	1.064.287,18	1.269.541,69
Transferências de Recursos do FUNDEB	840.671,23	1.064.287,18	1.269.541,69
Outras Transferências Correntes	11.618,90	103.608,07	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.197.355,00	1.157.265,91	616.529,36
TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERÊNCIA	11.449.591,00	11.858.000,37	12.716.589,29
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	12.725.880,49	13.476.531,18	14.208.912,80

Fonte: Anexo 2 – Receita segundo as Categorias Econômicas.

2.3.6 Receita de Dívida Ativa

A Dívida Ativa origina-se dos créditos da fazenda pública lançada e não arrecadados até a data de seus vencimentos. A arrecadação a título de dívida ativa foi na ordem de **R\$ 30.269,87**, e desta, o valor de **R\$ 24.624,07** refere-se à dívida ativa não tributária, oriunda principalmente sobre dívida com prestação de serviços de máquinas para agricultores; dos serviços de fornecimento de água aos munícipes; e, sobre contribuições de melhoria.



O valor restante de **R\$ 5.645,80** refere-se a dívida ativa tributária. Abaixo, demonstra-se o comportamento na arrecadação da dívida ativa:

Exercício	Tributária (R\$)	Não Tributária (R\$)	Total (R\$)
2011	2.346,52	28.080,16	30.426,68
2012	24.161,06	849,42	25.010,48
2013	5.645,80	24.624,07	30.269,87

Destaca-se o esforço realizado pela municipalidade para atingir a eficiência na cobrança da dívida ativa, sendo inclusive necessária a realização de revisões constantes para identificar possíveis créditos inscritos indevidamente em exercícios anteriores, bem como, a realização da baixa de créditos impossíveis de serem cobrados administrativamente ou na esfera judicial. O comportamento da Dívida Ativa no exercício em análise foi o seguinte:

Movimentação da Dívida Ativa	Valor R\$
Saldo do Exercício Anterior	195.971,19
(+) Inscrição referente 2013	26.216,91
(+) Atualização (correção monetária+juros+multas)	21.151,08
(-) Cobrança no Exercício	(30.269,87)
(-) Cancelamento/Baixa de Dívida	(11.151,73)
Saldo para o Exercício Seguinte	201.917,58

Destaca-se que os cancelamentos de Dívida Ativa referem-se à baixa por exclusão da dívida ativa, conforme decretos municipais sob nº. 1.572 de 20 de novembro de 2013, com fundamento no art. 14, inciso II da LRF, no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº. 097/1.990). (fls.88)

Destaca-se que durante o exercício de 2013, houve a inscrição em Dívida Ativa correspondente aos débitos vencidos até a data base de 31/dezembro/2013. De outro norte, foram ajuizadas ações para cobrança judicial dos valores constantes em Dívida Ativa.



Além disso, foram efetuados os lançamentos de atualização visando ajustar os saldos contábeis da Dívida Ativa de acordo com os saldos lançados no setor de Tributos do Município. Para tanto, anexamos cópia da planilha utilizada para efetuar os registros dessa atualização (correção monetária+juros+multas) (fls. 89).

Importa ressaltar o esforço realizado pela municipalidade para atingir a eficiência na cobrança da dívida ativa, sendo inclusive necessária a realização de revisões constantes para identificar possíveis créditos inscritos indevidamente em exercícios anteriores, bem como, a realização da baixa de créditos impossíveis de serem cobrados administrativamente ou na esfera judicial.

2.3.7 Receita de Operações de Crédito

As Operações de Crédito compreendem obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos financeiros, cuja realização depende de autorização legislativa. Salienta-se que no exercício em exame, o município não realizou nenhum tipo de empréstimo/financiamento, sendo seus investimentos e manutenção pagos exclusivamente com as receitas arrecadadas durante o exercício.

2.3.8 Receita de Alienação de Bens

Os recursos provenientes da alienação de bens não foram integralmente utilizados dentro do exercício financeiro de 2013, sendo utilizados para financiamento de despesas de capital em 2014.

Dos bens alienados no exercício, observou-se a vinculação específica para reaplicação dos recursos, em obediência ao que preceitua o Art. 44 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.



Data	Empenho	Bem Adquirido	Valor (R\$)
Saldo Anterior (Aplicação Besc nº. 056.605-5)			2.149,65
Receitas com Alienação de Bens (Leilão nº 100/2013 + Leilão 112/2013)			9.692,00
Rendimentos Obtidos no Exercício 2013			125,21
Saldo Total conta Alienação de Bens			11.966,86
07/03/2013	594/2013	Aquisição de 01 un Esmerilhadeira; 01 un Macaco Hidráulico; e, 01 un Torno Bancada.	2.064,00
Saldo Final do Exercício Alienação de Bens			9.902,86

Para comprovação de que os recursos oriundos da alienação de bens no valor de **R\$ 9.902,86** encontram-se aplicados numa conta específica, anexamos cópia do extrato bancário do mês de dezembro/2013 (fls. 48).

2.3.9 Controle das Disponibilidades por Fontes de Recursos

Informamos que o setor de Contabilidade se esforçou ao máximo para fazer a conferência e acompanhamento dos saldos das destinações por fontes de recursos, buscando tempestivamente regularizar quaisquer incoerências encontradas. Para isso, utilizou-se da ferramenta de planilhas do programa Excel, para possibilitar o acompanhamento dos saldos constantes em cada destinação, devido à completa inércia do Software de Contabilidade que não se mostrou nada confiável nesse período, pois, os relatórios emitidos não continham ou não geravam informações claras e objetivas que permitam o acompanhamento dos saldos.

Destarte exposto, cabe informar que ao final do exercício em comento, foram efetuados lançamentos de ajustes, visando representar adequadamente os saldos em cada uma das destinações por fontes de recursos. Para tanto, anexamos cópia das planilhas elaboradas pela Contabilidade e que serviram como base para efetuar os ajustes para encerramento do exercício de 2013, bem como, serão utilizadas como parâmetro para iniciar o exercício de 2014. (fls. 83 a 87)



2.4 DA DESPESA

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, devidamente autorizada por Lei.

A despesa realizada pelo Município, no exercício em exame, atingiu o montante de **R\$ 14.084.487,11**, equivalendo a **89,54%** da despesa autorizada.

2.4.1 Evolução das Despesas por Categoria Econômica

Dentre a categoria econômica das despesas correntes, o maior dispêndio está no grupo de natureza Outras Despesas Correntes, correspondendo ao valor de **R\$ 6.622.815,58**, que representa 47,02% do total das despesas empenhadas. Na sequência, aparecem as despesas com Pessoal e Encargos Gerais no valor de **R\$ 6.175.030,22** correspondendo a 43,84% das despesas empenhadas. Na soma, esses dois grupos de natureza da despesa totalizam o equivalente a **90,86%** do total empenhado no exercício em análise.

Despesas	Total	%
Correntes	12.800.004,85	90,88
Pessoal e Encargos Sociais	6.175.030,22	43,84
Juros e Encargos da Dívida	2.159,05	0,02
Outras Despesas Correntes	6.622.815,58	47,02
Capital	1.284.482,26	9,12
Investimentos	1.239.981,40	8,80
Amortização da Dívida	44.500,86	0,32
Total das Despesas	14.084.487,11	100%



Por outro lado, a categoria econômica de despesas de capital representa o valor total de **R\$ 1.284.482,26** representando **9,12%** do total de despesa empenhada no exercício. Na sequência, apresenta-se o comportamento da despesa, segundo os grupos de natureza estabelecidos pela Lei 4.320/64, realizada nos últimos três exercícios:

Exercício	Correntes	%	Capital	%	Total	%
2011	9.599.663,14	74,60	3.268.130,25	25,40	12.867.793,39	100%
2012	10.880.819,00	84,58	1.983.575,62	15,42	12.864.394,62	100%
2013	12.800.004,85	90,88	1.284.482,26	9,12	14.084.487,11	100%

2.4.2 Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração que segue:

Função de Governo	Autorizado (R\$)	Executado (R\$)	% Executado
01 – Legislativa	439.674,00	373.461,28	84,94
04 – Administração	1.842.214,23	1.766.096,58	95,87
06 – Segurança Pública	63.294,15	29.363,00	46,39
08 – Assistência Social	653.683,35	540.777,68	82,73
10 – Saúde	3.465.376,59	3.084.730,85	89,02
12 – Educação	3.616.610,95	3.365.849,23	93,07
13 – Cultura	394.277,43	363.452,86	92,18
15 – Urbanismo	1.299.832,07	1.089.589,53	83,83
16 – Habitação	194.928,84	98.050,33	50,30
17 – Saneamento	2.500,00	1.318,00	52,72
20 – Agricultura	1.252.430,18	1.086.923,64	86,79
22 – Indústria	127.308,25	116.378,50	91,41



25 – Energia	112.226,63	98.004,36	87,33
26 – Transporte	1.944.178,08	1.814.660,51	93,34
27 – Desporto e Lazer	243.282,06	209.170,85	85,98
28 – Encargos Especiais	78.000,00	46.659,91	59,82
Despesa Total	15.729.816,81	14.084.487,11	89,54%

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada permite identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante orçamento municipal.

2.4.2.1 Comparativo da Evolução das Despesas por Função de Governo

As despesas por função de governo e as participações absoluta e relativa, de cada uma delas no montante da despesa realizada, referente aos últimos três exercícios, são assim demonstradas:

FUNÇÃO DE GOVERNO	2011		2012		2013	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
01 – Legislativa	323.114,07	2,51	332.229,63	2,58	373.461,28	2,65
04 – Administração	1.499.603,06	11,65	1.587.090,52	12,34	1.766.096,58	12,54
06 – Segurança Pública	7.787,96	0,06	13.379,93	0,10	29.363,00	0,21
08 – Assistência Social	400.025,72	3,11	384.556,46	2,99	540.777,68	3,84
10 – Saúde	2.345.225,76	18,23	2.730.540,68	21,24	3.084.730,85	21,90
12 – Educação	2.410.757,59	18,74	2.709.147,17	21,06	3.365.849,23	23,90
13 – Cultura	219.859,81	1,71	153.680,42	1,19	363.452,86	2,58
15 – Urbanismo	986.575,65	7,67	692.684,36	5,38	1.089.589,53	7,74
16 – Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	98.050,33	0,70
17 – Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	1.318,00	0,01
20 – Agricultura	2.390.085,24	18,57	1.690.604,99	13,14	1.086.923,64	7,72
22 – Indústria	73.395,79	0,57	834.448,78	6,49	116.378,50	0,83
24 – Comunicações	3.104,38	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00



25 – Energia	84.617,81	0,66	131.587,76	1,02	98.004,36	0,70
26 – Transporte	1.662.987,51	12,92	1.285.452,10	9,99	1.814.660,51	12,88
27 – Desporto e Lazer	363.755,58	2,83	274.230,76	2,13	209.170,85	1,48
28 – Encargos Especiais	96.897,46	0,75	44.761,06	0,35	46.659,91	0,32
TOTAL DA DESPESA	12.867.793,39	100,00	12.864.394,62	100,00	14.084.487,11	100,00

Fonte: Anexo 07 – Demonstrativo de Funções, Sub-funções e Programas por Projetos e Atividades.

As funções de governo que apresentam o maior dispêndio de recursos públicos durante o período em análise são as da Saúde, Educação e Agricultura, demonstrando a preocupação no atendimento das necessidades básicas do cidadão/munícipe.



3. ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA

3.1 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

O Fluxo Financeiro do Município no exercício foi o seguinte:

Fluxo Financeiro	Valor (R\$)
a) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.704.306,39
Bancos Conta Movimento	141.311,40
Bancos Conta Vinculada	47.200,00
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	606.722,26
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	909.072,73
b) (+) ENTRADAS	18.089.926,54
Receita Orçamentária	14.208.912,80
Receitas Correntes Arrecadadas	13.547.476,19
Receitas de Capital Arrecadadas	661.436,61
Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentárias)	2.535.886,72
Extra-Orçamentárias	1.345.127,02
Realizável	62.268,75
Restos a Pagar	307.949,53
Consignações – Entrada	757.830,65
Depósitos de Diversas Origens	1.952,04
Serviços da Dívida a Pagar	14.093,10
Outras Operações	199.594,00
Acréscimos Patrimoniais (Canc.Restos a Pagar+Ajuste Financeiro)	1.438,95
c) (-) SAÍDAS	18.122.278,10
Despesa Orçamentária	14.084.487,11
Despesas Correntes	12.800.004,85
Despesas de Capital	1.284.482,26
Transferências Financeiras Concedidas – Saídas	2.535.886,72
Extra-Orçamentárias	1.501.904,27
Realizável	62.268,75
Restos a Pagar	436.461,93
Consignações – Saída	787.534,45
Depósitos de Diversas Origens	1.952,04
Serviços da Dívida a Pagar	14.093,10
Outras Operações	199.594,00
= SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+b-c)	1.671.954,83
Bancos conta Movimento	14.910,98
Bancos conta Vinculada	27.602,49
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	800.862,38
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	828.578,98

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro



A verificação da evolução do patrimônio financeiro tem por objetivo apurar a existência de passivos financeiros superiores aos ativos financeiros, revelando restrições na capacidade de pagamento do município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O demonstrativo anterior apresenta o total das disponibilidades financeiras existentes no encerramento do exercício, sendo considerados os recursos próprios e os recursos vinculados à disposição das Unidades Gestoras. Na sequência, apresenta-se o detalhamento das disponibilidades financeiras da Unidade Prefeitura Municipal, conforme segue:

Disponibilidades – Unidade Prefeitura	Saldo Anterior	Saldo Final
Banco conta Movimento	141.311,40	14.915,98
Banco conta Vinculada	0,00	27.402,10
Aplicações Financeiras de Rec. Próprios	606.722,26	796.506,54
Aplicações Financeiras de Rec.Vinculados	419.451,64	355.613,47
TOTAL	1.167.485,30	1.194.438,09

Seguindo, apresentam-se as disponibilidades financeiras das demais Unidades (Fundos Municipais) que se apresentam da seguinte forma:

Disponibilidades – Unidade (FMS)	Saldo Anterior	Saldo Final
Banco conta Movimento	0,00	0,00
Banco conta Vinculada	47.200,00	200,39
Aplicações Financeiras de Rec.Próprios	0,00	4.355,84
Aplicações Financeiras de Rec.Vinculados	489.621,09	472.965,51
TOTAL	536.821,09	477.521,74

Sob a ótica da gestão financeira, percebe-se que as disponibilidades financeiras existentes são suficientes para fazer frente às obrigações assumidas pelas unidades da administração pública municipal.



4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL

A análise consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior, discriminando especificamente a variação da situação financeira do município bem como sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A situação Patrimonial do Município é demonstrada ao final do exercício financeiro 2013, conforme segue:

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
Financeiro	1.704.306,39	1.671.954,83	Financeiro	467.567,25	309.351,05
<i>Disponível</i>	<i>1.704.306,39</i>	<i>1.671.954,83</i>	<i>Depósitos</i>	<i>31.105,32</i>	<i>1.401,52</i>
Banco conta Movimento	141.311,40	14.910,98	Consignações	31.105,32	1.401,52
Banco conta Vinculada	47.200,00	27.602,49	Depósitos Div.Origens	0,00	0,00
Aplicação Rec. Próprios	626.987,49	800.862,38	<i>Restos a Pagar</i>	<i>436.461,93</i>	<i>307.949,53</i>
Aplicação Rec.Vinculados	888.807,50	828.578,98	Obrigações a Pagar	436.461,93	307.949,53
<i>Realizável</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>			
Permanente	15.385.649,89	16.125.209,17	Permanente	341.245,71	296.842,61
<i>Créditos</i>	<i>0,00</i>	<i>190.988,01</i>	<i>Dívida Fundada Interna</i>	<i>341.245,71</i>	<i>296.842,61</i>
<i>Dívida Ativa</i>	<i>195.971,19</i>	<i>201.917,58</i>	Contratos de C. Prazo	48.000,00	48.000,00
<i>Realizáveis a Longo Prazo</i>	<i>344.534,38</i>	<i>101.656,76</i>	Contratos de L. Prazo	293.245,71	248.842,61
<i>Imobilizado</i>	<i>14.845.144,32</i>	<i>15.630.646,82</i>			
Bens Móveis	6.666.251,25	8.408.234,57			
Bens Imóveis	8.178.893,07	7.222.412,25			
Ativo Real	17.089.956,28	17.797.164,00	Passivo Real	808.812,96	606.193,66
<i>SALDO PATRIMONIAL</i>			<i>SALDO PATRIMONIAL</i>	<i>16.281.143,32</i>	<i>17.190.970,34</i>
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	16.281.143,32	17.190.970,34
ATIVO TOTAL	17.089.956,28	17.797.164,00	PASSIVO TOTAL	17.089.956,28	17.797.164,00

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial.



Ao comparar o balanço patrimonial ao exercício imediatamente anterior, percebe-se um leve decréscimo do valor constante no Ativo Financeiro, pois o mesmo representava 9,97% do ativo total em 2012, e passou a representar o equivalente a 9,39% do Ativo Total no final do exercício de 2013. Por outro lado, o passivo financeiro reduziu se comparado ao exercício anterior, onde representava 2,74% do passivo total do município, passando ao patamar de 1,74% do passivo total.

Ademais, importa destacar a contínua redução no comprometimento com Passivo Permanente (Dívida Fundada), pois o mesmo equivalia 2,00% no exercício imediatamente anterior, diminuindo para 1,67% no final do exercício de 2013.

4.2 VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO CONSOLIDADO

A variação do patrimônio do Município é assim demonstrada:

Grupo Patrimonial	Saldo Inicial	Saldo Final	Varição
Ativo Financeiro	1.704.306,39	1.671.954,83	(32.351,56)
Passivo Financeiro	467.567,25	309.351,05	158.216,20
Saldo Patrimonial Financeiro	1.236.739,14	1.362.603,78	125.864,64

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em **Superávit Financeiro de R\$ 1.362.603,78** e sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos disponíveis, o Município possui R\$ **0,19** de dívidas de curto prazo. Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 125.864,64**, pois passou de um superávit financeiro de R\$ 1.236.739,14 para um superávit financeiro de R\$ 1.362.603,78.

Importa destacar que a divergência no valor de **R\$ 1.438,95** existente entre a variação do saldo patrimonial financeiro apurada no valor de R\$ 125.864,64 e o resultado da execução orçamentária no valor de R\$ 124.425,69, refere-se ao cancelamento de restos a pagar efetuados no exercício, conforme segue:



Empenho	Valor (R\$)	Motivo
2.196/2011	1.348,58	Valor que se anula, sendo suprimido do valor original da obra, conforme 3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 65/2011.
2.167/2011	90,37	Valor que se anula, sendo suprimido do valor original da obra, conforme Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 63/2011.
Total		R\$ 1.438,95

4.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – período: 2009 à 2013					
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013
1. Despesa Executada	8.667.541,36	10.767.768,95	12.867.793,39	12.864.394,62	14.084.487,11
2. Restos a Pagar	571.748,01	470.047,31	1.013.902,37	436.461,93	307.949,53
3. Ativo Financeiro Ajustado	1.506.091,91	1.216.284,09	1.623.706,53	1.704.306,39	1.671.954,83
4. Passivo Financeiro Ajustado	580.214,12	478.031,30	1.026.341,44	467.567,25	309.351,05
5. Ativo Real	8.486.006,14	9.933.658,12	12.384.874,19	17.089.956,28	17.797.164,00
6. Passivo Real	1.377.400,64	953.649,42	1.409.597,80	808.812,96	606.193,66
= Quocientes	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	6,16	10,42	8,79	21,13	29,36
Situação Financeira (3÷4)	2,60	2,54	1,58	3,65	5,40
Restos a Pagar (2÷1)*100	6,60	4,37	7,88	3,39	2,19

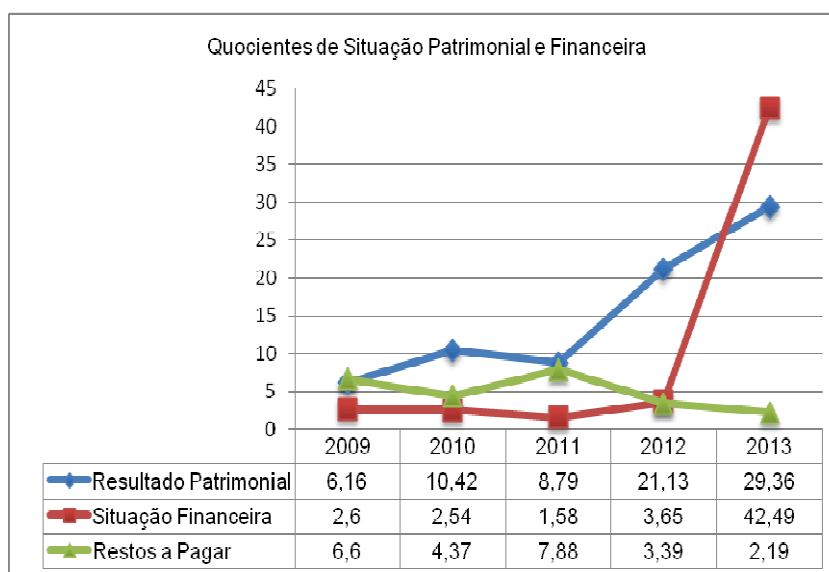
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado



O quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real, sendo que, se este quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las. Desta feita, e de acordo com o quadro apresentado, observa-se que o Ativo Real apresenta-se **29,36** vezes maior que o Passivo Real (dívidas) do município.

Por outro lado, o quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo. Conforme apresentado no quadro anterior, a situação financeira apresenta-se superavitária, sendo que ao final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **5,40** vezes o valor do Passivo Financeiro.

Quanto ao quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) que expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da despesa orçamentário. Neste aspecto, no exercício em análise o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **2,19%** da despesa orçamentária do exercício. Apresentamos a seguir, gráfico da evolução dos Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira do município, inerentes ao período de 2009 a 2013:



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado



4.4 DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

4.4.1 Dívida Consolidada

Denominam-se dívida consolidada as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos que representem compromissos assumidos, cujo resgate ultrapasse doze meses.

No exercício em exame, a dívida consolidada do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA		
DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO	PREFEITURA
Saldo do Exercício Anterior	341.245,71	341.245,71
(+) Empréstimos Tomados (Divida Fundada)	0,00	0,00
(+) Correção (Divida Fundada)	97,76	97,76
(-) Amortização (Divida Fundada)	44.500,86	44.500,86
(-) Cancelamento (Dívida Fundada)	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte	296.842,61	296.842,61

Fonte: Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa

O comportamento da dívida fundada, considerando o Balanço Consolidado do Município nos últimos três exercícios, e sua relação com a receita arrecadada em cada exercício é assim demonstrada:

Exercício	Receita Arrecadada	Dívida Fundada	%
2011	12.725.880,49	383.256,36	3,01
2012	13.476.531,18	341.245,71	2,53
2013	14.208.912,80	296.842,61	2,09

Observa-se que o percentual de comprometimento da receita do município com a dívida fundada diminuiu no exercício, devido à amortização através do pagamento das parcelas sobre os contratos existentes.



4.4.2 Dívida Flutuante

Designa-se dívida flutuante aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, quer na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, quer para atender as momentâneas necessidades de caixa. No exercício, a dívida flutuante do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	467.567,25
<i>(+) Formação da Dívida</i>	<i>1.067.732,22</i>
Consignações	757.830,65
Depósitos de Diversas Origens	1.952,04
Restos a Pagar	307.949,53
Serviços da Dívida a Pagar	0,00
<i>(-) Baixa da Dívida</i>	<i>1.225.948,42</i>
Consignações	787.534,45
Depósitos de Diversas Origens	1.952,04
Restos a Pagar	436.461,93
Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte	309.351,05

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante.

Por outro lado, apresenta-se abaixo o comportamento da dívida flutuante em relação com o ativo financeiro em cada um dos exercícios, notando-se uma considerável queda no comprometimento do ativo financeiro com compromissos de vencimento imediato.

Exercício	Ativo Financeiro	Dívida Flutuante	%
2011	1.623.706,53	1.026.341,44	63,21
2012	1.704.306,39	467.567,25	27,43
2013	1.671.954,83	309.351,05	18,50



5. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS

A Legislação estabelece limites mínimos para a aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Artigo 212 da Constituição Federal) e com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Artigo 198 da Constituição Federal C/C Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como limite máximo para despesas com Pessoal do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Artigo 169 da Constituição Federal C/C Artigo 20, III, Letras 'a' e 'b' da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000). A seguir, analisar-se-á o cumprimento destes limites pelo Município.

Receitas com Impostos (Incluídas as Transferências)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	65.112,54	0,55
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	185.590,16	1,56
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	146.953,38	1,24
Imposto s/Trans.Inter-Vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais	118.160,63	1,00
Cota – Parte do FPM	5.508.918,55	46,42
Cota – Parte do ITR	23.088,31	0,19
Transf. Financeiras do ICMS – Desoneração LC. nº. 87/96	25.263,73	0,21
Cota – Parte do ICMS	5.421.000,48	45,67
Cota – Parte do IPVA	287.802,39	2,42
Cota – Parte do IPI sobre Exportação	82.653,88	0,70
Receita da Dívida Ativa Proveniente de Impostos	3.203,78	0,03
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.601,23	0,01
Total da Receita com Impostos	11.869.349,06	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, pois serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.



Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Receita Corrente Líquida do Município	Valor (R\$)
Receita Corrente Arrecada	15.770.412,36
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	(2.222.936,17)
Total da Receita Corrente Líquida	13.547.476,19

5.1 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme preceitua o artigo 212 da Constituição Federal, no mínimo de 25% das receitas de impostos e de transferências deverão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Despesas com Educação Infantil	Valor (R\$)
Total das Despesas com Educação Infantil (12.365)	1.010.093,93

Despesas com Ensino Fundamental	Valor (R\$)
Total das Despesas com Ensino Fundamental (12.361)	2.136.626,44

Deduções das Despesas com Educação Infantil	Valor (R\$)
Programas Suplementares de Alimentação (Ensino Infantil) Convênio Merenda Escolar c/c nº 672.021-3 = R\$ 22.323,15	22.323,15
Despesas com recursos de convênios – Ensino Infantil: Convênio Transporte Escolar Federal = R\$ 12.349,16 Convênio Salário Educação = R\$ 34.642,39 Convênio Programa Dinheiro Direto na Escola = R\$ 1.652,02 Convênio Programa Dinheiro Direto na Escola = R\$ 2.668,66 Convênio Educação Infantil – Apoio Creches = R\$ 3.274,67	54.586,90
Total das Deduções com Educação Infantil	76.910,05



Deduções das Despesas com Ensino Fundamental	Valor (R\$)
Programas Suplementares de Alimentação (Ensino Fundamental)	174.696,16
Despesas com recursos de convênios – Ensino Fundamental: Convênio Salário Educação = R\$ 125.332,47 Convênio Transporte Escolar Federal = R\$ 42.217,67 Convênio Transporte Escolar Estadual = R\$ 88.592,93 Convênio FNDE – Onibus Escolar = R\$ 239.206,59 Outros recursos vinculados Educação = R\$ 73.102,07	568.451,73
Outras despesas realizadas com recursos de Alienação de Bens	0,00
Total das Deduções com Ensino Fundamental	743.147,89

5.1.1 Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Componentes	Valor (R\$)	%
(+) Total das Despesas com Educação Infantil	1.010.093,93	8,51
(+) Total das Despesas com Ensino Fundamental	2.136.626,44	18,00
(-) Total das Deduções com Educação Infantil	(76.910,05)	0,65
(-) Total das Deduções com Ensino Fundamental	(743.147,89)	6,26
(+) Perda do Fundeb (Retorno menor que repasse)	953.394,48	8,03
(-) Rendimentos Aplicações Financeiras do Fundeb	(1.742,70)	0,01
Total das Despesas para Efeito de Cálculo	3.278.314,21	27,62%
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos	2.967.337,27	25%
Valor acima do limite mínimo (25%)	310.976,94	2,62%

O demonstrativo acima evidencia que o município de Tunápolis aplicou o montante de **R\$ 3.278.314,21**, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **27,62%** da receita proveniente de impostos, equivalendo a aplicação à maior do valor de R\$ 310.976,94, **CUMPRINDO** o expresso no artigo 212 da Constituição Federal.



Em comparação ao exercício anterior, apurou-se que o município manteve a aplicação de recursos em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Destarte informações apresentados acima, mostra-se que o município tem aplicado seus recursos de acordo com as normas constitucionais vigentes, proporcionado desta forma ensino de qualidade aos munícipes, atendendo as necessidades da população local, e, principalmente, garantindo a satisfação de todos, tanto estudantes bem como profissionais da área de magistério.

5.1.2 Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério

Componentes	Valor (R\$)
(+) Transferências do FUNDEB	1.269.541,69
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	1.742,70
= Total Recursos Oriundos do FUNDEB	1.271.284,39
<i>60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB</i>	<i>762.770,63</i>
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício Pagos com Recursos do FUNDEB (Ordens Pagamento + Despesas Extras – Salário Família/Salário Maternidade)	1.238.079,84
Valor acima do limite mínimo (60% do FUNDEB – Magistério)	475.309,21

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.238.079,84**, equivalendo a **97,39%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, § 5º do ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e no artigo 7º da Lei Federal nº. 9.424/96.

5.1.3 Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção da educação básica



Inicialmente, far-se-á a apuração financeira dos recursos oriundos do Fundeb, para posterior visualização da efetiva aplicação do percentual mínimo estabelecido nos dispositivos legais inerentes ao Fundeb.

Componentes	Valor (R\$)
(+) Transferências do FUNDEB	1.269.541,69
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras do FUNDEB	1.742,70
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	(15.609,97)
(+) Despesas Inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou registradas em DDO no exercício, com disponibilidades dos recursos do Fundeb	148,50
= Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2013	1.255.822,92

De acordo com o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, no mínimo 95% dos recursos oriundos do FUNDEB deverá ser aplicado no exercício em que forem creditados.

Componentes	Valor (R\$)	%
Total apurado dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.271.284,39	100,00
95% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.207.720,17	95,00
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB	1.267.390,00²	99,69
= Valor acima do Limite	59.669,83	

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.267.390,00**, equivalendo a **99,69%** dos recursos recebidos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 21 da Lei nº. 11.494/2007.

A utilização dos recursos do exercício anterior foi feita mediante a abertura de crédito adicional, conforme preceitua o artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

² Valor apurado conforme planilha de apuração do total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2013.



5.1.4 Prestação de Contas ao CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Anexo ao presente relatório segue cópia da planilha contendo Resumo Geral da Movimentação dos recursos do FUNDEB no exercício de 2013 (fls. 49), entregue para o Conselho Municipal do FUNDEB, onde é demonstrado o fluxo dos recursos financeiros durante o exercício, bem como, os saldos remanescentes do exercício para serem aplicados no exercício de 2013.

Ainda neste aspecto, e, em cumprimento ao § único do art. 27 da Lei n. 11.494 de 20 de junho de 2007, anexamos ao presente relatório, **cópia do Parecer** (fls. 50 a 52) emitido pelo Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundeb, sobre a aplicação dos recursos de conformidade com a legislação vigente.

5.1.5 Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Educação

Na sequencia apresentam-se os recursos vinculados à educação com saldo de disponibilidade no encerramento do exercício financeiro de 2013.

Descrição da Conta Bancária	Nº. Conta	Saldo (R\$)
Bco Brasil – Salário Educação – Aplicação Financeira	008.501-4	4.715,86
Bco Brasil – FUNDEB – Aplicação Financeira	009.591-5	15.609,97
Bco Brasil – Transporte Escolar Estadual – Aplic.Financeira	040.202-8	962,00
CEF – Merenda Escolar – FNDE/PNAE – Aplic. Financeira	672.021-3	640,00
Total Vinculado à Educação em 31/12/2013		21.927,83

Os recursos vinculados à educação não aplicados no exercício de seu recebimento serão aplicados no reinício das atividades escolares no exercício de 2014. Para comprovação dos saldos existentes, anexamos cópia dos extratos bancários das referidas contas correntes/aplicações (fls. 53 a 58).



5.2 APLICAÇÃO RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

O percentual mínimo de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 é de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências; estabelecido no § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

5.2.1 Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor (R\$)
Atenção Básica (10.301)	2.082.516,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	943.736,15
Vigilância Sanitária (10.304)	58.349,00
Vigilância Epidemiológica (10.305)	129,00
Total de Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.084.730,85

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor (R\$)
Recursos Convênios destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	988.613,03
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde	988.613,03

5.2.2 Verificação do Cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT

Componente	Valor (R\$)	%
Total de Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde(H)	3.084.730,85	26,52
(-) Total de Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde (I)	(1.053.502,82)	(8,50)
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	2.031.228.03	17,46
<i>Valor Mínimo a ser Aplicado em Ações e Serviços de Saúde</i>	<i>1.745.287,70³</i>	<i>15%</i>
Valor acima do limite mínimo (15%)	285.940,33	2,46

³ Base de cálculo reduzida, de acordo com Nota Técnica nº 1751/2009/CCONT-STN, excluindo o valor recebido através da parcela extra de 1% do FPM previsto na Emenda Constitucional 55 de 2007, alínea “d”, inciso I do artigo 159 da Constituição Federal, perfazendo uma base de cálculo conforme segue: R\$ 11.869.349,06 – 234.097,74 = 11.635.251,32 x 15% = 1.745.287,70.



Pelo demonstrativo, constata-se que o montante aplicado foi na ordem de **R\$ 2.031.228,03**, correspondendo a um percentual de **17,46%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o Município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

5.2.3 Saldo Bancário no Final do Exercício – Aplicação em Saúde

Descrição da Conta Bancária	Nº. Conta	Saldo (R\$)
Bco Brasil – SIS Fronteiras – Aplicação Financeira	009.288-6	13.648,61
Bco Brasil – Vigilância Sanitária – Aplicação Financeira	005.299-X	6.722,29
Bco BB/Besc – Farmácia Básica – Aplicação Financeira	042.477-3	3.494,80
Bco BB/Besc – Estratégia Saúde da Família – Aplic.Financ.	056.907-0	9.318,83
Bco Brasil – Pab Fixo – Aplicação Financeira	005.342-2	35.374,66
Bco Brasil – PACS – Aplicação Financeira	005.343-0	20.596,79
Bco Brasil – PSBucal – Aplicação Financeira	005.344-9	6.520,04
Bco Brasil – PSF – Aplicação Financeira	005.345-7	16.771,11
CEF – Bloco Assistência Farmacêutica – Conta Corrente	624.031-9	0,39
CEF – Bloco Assistência Farmacêutica – Aplicação	624.031-9	0,01
CEF – Bloco Vigilância em Saúde – Conta Corrente	624.033-5	50,00
Bco Brasil – Recursos MAC – Aplicação	005.415-1	23.866,87
CEF – Bloco Vigilância em Saúde – Conta Corrente	624.033-5	8.796,26
Bco Brasil – PMAQ – Aplicação	005.781-9	32.497,32
CEF – Estruturação Serviços de Saúde – Conta Corrente	624.040-8	50,00
CEF – Estruturação Serviços de Saúde – Aplicação	624.040-8	652,28
CEF – Aquisição Equipamentos – Conta Corrente	624.041-6	50,00
CEF – Aquisição Equipamentos – Aplicação	624.041-6	9.300,09
Bco Brasil – MAC – Próteses Dentárias – Aplicação	006.078-X	87.414,97
CEF – Vigilância Alimentar – Conta Corrente	624.041-6	50,00
CEF – Vigilância Alimentar – Aplicação	624.041-6	90.322,57
Bco Brasil – NASF – Aplicação	006.269-3	4.583,73
Bco Brasil – PSE - Aplicação	006.523-4	1.001,08
Total Vinculado à Saúde em 31/12/2013		371.082,70



Os recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde não aplicados no exercício de seu recebimento serão aplicados no início no exercício de 2014. Para comprovação dos saldos existentes, anexamos cópia dos extratos bancários das referidas contas correntes/aplicações (fls. 59 a 82).

5.3 DESPESAS COM PESSOAL

Conforme artigo 169 da Constituição Federal c/c com o artigo 19, III da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município poderá efetuar gastos com pessoal limitado a 60% da Receita Corrente Líquida. Na sequência, apresentam-se os valores gastos durante o exercício de 2013.

5.3.1 Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº. 101/2000)

Despesas com Pessoal do Poder Executivo	Valor (R\$)
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	5.861.862,94

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	Valor (R\$)
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	287.152,60

Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	Valor (R\$)
“Sem valores a informar”	0,00

5.3.2 Limite máximo de 60% da RCL para gastos com pessoal do Município

Componente	Valor (R\$)	%
Total da Receita Corrente Líquida	13.547.476,19	100,00
Limite de 60% da Receita Corrente Líquida	8.128.485,71	60,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	5.861.862,94	43,27
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	287.152,60	2,12
Despesa para Efeitos de Cálculo de Pessoal	6.149.015,54	45,39
Valor abaixo do limite máximo de 60%	1.979.470,17	14,61



O demonstrativo anterior comprova que, no exercício em exame, o Município aplicou **45,39%** do total da Receita Corrente Líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** com o artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº. 101/2000.

5.3.3 Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos) – Artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
Total da Receita Corrente Líquida	13.547.476,19	100,00
Limite de 54% da Receita Corrente Líquida	7.315.637,14	54,00
Despesas para Cálculo de Pessoal do Poder Executivo	5.861.862,94	43,27
Valor Abaixo do Limite	1.453.774,20	10,73

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo aplicou **43,27%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000.

5.3.4 Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
Total da Receita Corrente Líquida	13.547.476,19	100,00
Limite de 6% da Receita Corrente Líquida	812.848,57	6,00
Despesas para Cálculo de Pessoal do Poder Legislativo	287.152,60	2,12
Valor Abaixo do Limite	525.695,97	3,88

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Legislativo aplicou **2,12%** do total da receita líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000.



5.4 VERIFICAÇÃO DOS LIMITES LEGAIS DO PODER LEGISLATIVO

5.4.1 Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF)

Mês	Remuneração de Vereador	Remuneração de Deputado Estadual	%
JANEIRO	1.385,37	22.292,35	6,21
FEVEREIRO	1.385,37	22.292,35	6,21
MARÇO	1.385,37	22.292,35	6,21
ABRIL	1.385,37	22.292,35	6,21
MAIO	1.385,37	22.292,35	6,21
JUNHO	1.385,37	22.292,35	6,21
JULHO	1.385,37	22.292,35	6,21
AGOSTO	1.385,37	22.292,35	6,21
SETEMBRO	1.385,37	22.292,35	6,21
OUTUBRO	1.385,37	22.292,35	6,21
NOVEMBRO	1.385,37	22.292,35	6,21
DEZEMBRO	1.385,37	22.292,35	6,21

A remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de **20%** (referente aos seus 4.633 habitantes (Fonte: IBGE / ano 2010)), da remuneração dos Deputados Estaduais, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 29, inciso VI da CF.

5.4.2 Limite Máximo de 5% da Receita do Município para a Remuneração Total dos Vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)

Receita Total do Município	Remuneração Total dos Vereadores	%
14.208.912,80	190.373,68	1,34

O montante gasto com a remuneração dos vereadores no exercício foi da ordem de **R\$ 190.373,68**, representando **1,34%** da receita total do Município. Desta forma, fica evidenciado o **CUMPRIMENTO** do estabelecido no artigo 29, VII da Constituição Federal.



Importa destacar que a remuneração total dos Vereadores refere-se ao somatório dos subsídios referentes aos meses de janeiro a dezembro/2013 (R\$ 156.454,37) acrescidos de 21,68% deste total (R\$ 33.919,31), equivalente à contribuição previdenciária (parte patronal) devida.

5.4.3 Limite Máximo de 70% da Receita da Câmara para total da despesa relativa à folha de pagamento, inclusive vereadores (artigo 29-A, § 1º da CF)

Receita do Poder Legislativo	Despesa com Folha Pagamento	%
439.674,00	287.152,60	65,31

O total das despesas de pessoal e encargos sociais do Poder Legislativo do município de Tunápolis corresponde a R\$ 287.152,60, sendo considerado neste demonstrativo, apenas o valor inerente à folha de pagamento, desconsiderando os R\$ 59.904,48 das despesas empenhadas no elemento de despesa 3.1.90.13 – Obrigações Patronais. Destarte essas informações, o valor de **R\$ 227.248,12**, correspondendo a **51,69%** da receita total do poder legislativo.



6. GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

6.1 METAS REALIZADAS EM RELAÇÃO ÀS PREVISTAS

6.1.1 Meta Fiscal de Resultado Nominal prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º.

EXERCÍCIO	PREVISTA NA LDO R\$	REALIZADA R\$	DIFERENÇA R\$
DE 2013	19.938,40	- 73.854,95	93.793,35

A meta fiscal de resultado nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO para o exercício de 2013 foi efetivamente alcançada, atendendo o que preceitua o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Ressaltamos que o resultado nominal alcançado no exercício representa o quanto à dívida do município diminuiu no período, levando em consideração o ativo disponível na data base 31/12/2013.

6.1.2 Meta Fiscal de Resultado Primário prevista na LDO em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º

EXERCÍCIO	PREVISTA NA LDO R\$	REALIZADA R\$	DIFERENÇA R\$
DE 2013	- 109.302,21	558.212,99	667.515,20

A meta fiscal de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO para o exercício de 2013 foi alcançada, atendendo ao que dispõe o artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Ressalta-se que o resultado primário é apurado através da diferença entre receitas e despesas, delas excluídas tudo que se refira a juros e a principal da dívida, tanto pagos quanto recebidos.



Para cálculo do valor do resultado primário no encerramento do exercício, foram consideradas executadas as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (valor de R\$ 289.235,49), conforme preceitua o artigo 35, inciso II da Lei 4.320/64, interferindo negativamente no resultado final alcançado.

6.1.3 Metas Bimestrais de Arrecadação – Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 8º c/c 9º e 13º

Na sequência, demonstramos os valores das metas bimestrais de arrecadação das receitas do município de Tunápolis, comparando-os com os valores efetivamente arrecadados durante o exercício.

Período	Previsão (R\$)	Realizada (R\$)	Diferença (R\$)	Acumulado (R\$)
1º Bim	2.004.453,86	2.269.985,58	265.531,72	265.531,72
2º Bim	2.200.222,28	2.309.734,65	109.512,37	375.044,09
3º Bim	2.038.152,38	2.271.275,79	233.123,41	608.167,50
4º Bim	2.109.014,03	2.046.206,36	(62.807,67)	545.359,83
5º Bim	2.210.733,11	2.478.815,28	268.082,17	813.442,00
6º Bim	2.723.027,10	2.832.900,14	109.873,04	923.315,03
TOTAL	13.285.602,77	14.208.917,80	923.315,03	

No exercício em análise, houve excesso de arrecadação acumulado de **R\$ 923.315,03**, sendo que grande parte utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares. Diante da apuração de excesso de arrecadação em todos os bimestres, não houve limitação de empenhos e da movimentação financeira, consoante ao que dispõe o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



6.2 PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

No exercício em exame, as publicações do Relatório de Gestão Fiscal foram feitas no mural público da sede administrativa da Prefeitura Municipal, bem como, no Diário Oficial dos Municípios/SC, nas seguintes datas:

Gestão Fiscal	Publicação	Local
1º Sem/2013	26/07/2013	DOM/SC – Edição nº 1.289
2º Sem/2013	30/01/2014	DOM/SC – Edição nº 1.417

Importa destacar que o município adotou o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, como órgão oficial para as publicações legais e divulgação dos atos administrativos, conforme Lei Municipal nº 1.097 de 12 de dezembro de 2012. Salientamos que as publicações são feitas através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, mantido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, vinculado a Federação Catarinense dos Municípios.

6.3 PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício em exame, as publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária foram feitas em mural público da sede administrativa da Prefeitura Municipal, bem como, no Diário Oficial dos Municípios/SC, nas seguintes datas:

RREO	Publicação	Local
1º Bim/2013	28/03/2013	DOM/SC – Edição nº 1.207
2º Bim/2013	27/05/2013	DOM/SC – Edição nº 1.247
3º Bim/2013	26/07/2013	DOM/SC – Edição nº 1.289
4º Bim/2013	27/09/2013	DOM/SC – Edição nº 1.334
5º Bim/2013	28/11/2013	DOM/SC – Edição nº 1.377
6º Bim/2013	30/01/2014	DOM/SC – Edição nº 1.417



Essas foram às principais considerações a serem feitas sobre o Balanço da Execução Orçamentária e Financeira do exercício financeiro de 2013, do município de Tunápolis, consolidado com os Fundos Municipais, comprovando-se os valores através dos anexos apresentados a esta Corte.

Tunápolis – SC, 06 de fevereiro de 2013.

Janete Rempel Bieger
Contadora CRC/SC 027.120/O-5



ANEXOS